


## A referência como estratégia retórico-discursiva em tirinhas da Mafalda

**Patrícia Sousa Almeida de Macedo**

Professora Doutora da Universidade Federal do Pará (UFPA), Brasil.

 [orcid.org/0000-0003-3889-687X](https://orcid.org/0000-0003-3889-687X)

**Resumo:** O objetivo deste artigo é analisar como a referência funciona enquanto estratégia argumentativa em tirinhas da Mafalda, do escritor argentino Quino. Para alcançar esse fim, apoiamos-nos na Teoria da Argumentação no Discurso, proposta por Amossy (2002; 2005; 2006; 2011; 2016; 2018), na tese de Macedo (2018) e nos estudos sobre referência de Custódio Filho (2011; 2012). O diálogo estabelecido entre a teoria retórico-discursiva de Amossy e a Linguística Textual mostrou-se profícuo, pois, na análise, pudemos verificar que a construção de referentes nas duas tirinhas selecionadas consiste não somente em uma estratégia textual, que contribui para o estabelecimento da coerência, mas também em uma estratégia argumentativa, na medida em que permite desvelar os embates discursivos subjacentes e que orienta a maneira de ver do interlocutor.

**Palavras-chave:** Linguística Textual. Argumentação no discurso. Referência. Mafalda.

**Abstract:** The aim of this paper is to analyze how referencing works as an argumentative strategy in comic strips by Mafalda, by Argentine writer Quino. To achieve this purpose, we rely on the Theory of Argumentation in Discourse, proposed by Amossy (2002; 2005; 2006; 2011; 2016; 2018), on the thesis of Macedo (2018) and on studies on referencing by Custódio Filho (2011; 2012). The dialogue established between Amossy's rhetorical-discursive theory and Textual Linguistics proved to be fruitful, since, in the analysis, we could verify that the construction of referents in the two selected strips consists not only of a textual strategy, which contributes to the establishment of coherence, but also in an argumentative strategy, insofar as it allows to reveal the underlying discursive clashes and which guides the interlocutor's way of seeing.

**Keywords:** Textual Linguistics. Argumentation in the discourse. Referencing. Mafalda.

## **Introdução**

Este trabalho insere-se no campo disciplinar da Linguística Textual (doravante, LT) e estabelece uma interface com a Teoria da Argumentação no Discurso (daqui por diante, TAD), proposta por Ruth Amossy. Nele, refletimos sobre como a estratégia de textualidade denominada referencialização serve à expressão de posicionamentos e a uma argumentatividade (inter)discursiva que se constrói pela via do implícito: a dimensão argumentativa. Para isso, analisaremos tirinhas da afamada personagem Mafalda, produzidas pelo cartunista argentino Quino, falecido neste ano pandêmico de 2020. Nosso objetivo é demonstrar como as construções referenciais erigidas em torno de personagens e objetos das tirinhas analisadas funcionam como estratégia, a um só tempo, textual e retórico-discursiva.

Primeiramente, faremos uma explanação sobre a TAD, a partir de um recorte de nossa tese (MACEDO, 2018), na qual estabelecemos uma interface entre a LT e a TAD, a fim de demonstrar como esta teoria poderia se beneficiar dos parâmetros de textualização adotados por aquela disciplina linguística. Nessa seção sobre a TAD, focaremos em duas concepções basilares nessa abordagem: a de sujeito e a de argumentação.

Em seguida, trataremos da concepção de referencialização que encampamos – aquela proposta por Mondada e Dubois (2003 [1995]) e por Apothéloz e Reichler-Béguelin (1995) – e do modo de operacionalizar a análise – alinha à segunda tendência dos estudos em referencialização (cf. CUSTÓDIO FILHO, 2011, 2012). Cabe fazermos uma justificativa a respeito da escolha dos dados: as tirinhas da Mafalda sempre fizeram parte de nossa vida leitora. O falecimento de seu criador, em setembro deste ano, pareceu-nos conferir a este momento uma motivação para formalizar e sistematizar o modo como temos lido suas tirinhas desde que nos apropriamos da TAD, apesar da vastidão de trabalhos acadêmicos já publicados que as tomam como *corpus*. Trata-se, portanto, de uma singela maneira de prestarmos nossa homenagem a Quino.

### **1 Concepções e princípios da Teoria da Argumentação no Discurso**

A TAD consiste, grosso modo, em uma proposta de articulação teórica e metodológica que ambiciona apreender a argumentação retórica em suas

dimensões propriamente linguageiras e interdiscursivas, valendo-se, para tanto, dos postulados das retóricas clássica e nova e dos instrumentos metodológicos advindos da linguística do discurso, que se situa no vasto campo das ciências da linguagem. Por tomar como pressupostos o enquadramento socioinstitucional da linguagem, a relação intrínseca entre texto e contexto e o sujeito como sobredeterminado pelas possibilidades de um contexto sócio-histórico, Amossy (2016, 2018) define a análise argumentativa do discurso como um ramo da Análise do Discurso francesa (AD)<sup>1</sup>.

A argumentação, no interior dessa AD, foi reconhecida por Dominique Maingueneau como fator primordial da coerência discursiva, em sua obra **L'analyse du discours**, de 1991, mas não prosseguiu para além desse reconhecimento (AMOSSY, 2016). Uma das razões pelas quais a AD não deu marcha à análise da argumentação nos discursos reside em incompatibilidades epistemológicas existentes entre ela e a retórica, em especial, no que diz respeito às concepções de sujeito, categoria substancial para a AD francesa na qual se enraíza a TAD.

### 1.1 A concepção de sujeito na TAD

O sujeito da AD francesa, seja de viés mais, seja de viés menos ideológico, não governa o seu dizer, não é senhor de si. De acordo com Mussalim (2006), a AD francesa é marcada por três diferentes fases e, em cada uma delas, a concepção de sujeito sofreu alguma variação, em decorrência das reformulações teóricas e metodológicas operadas no âmbito da disciplina em cada uma dessas fases. Nas duas primeiras, há a proeminência da noção de ideologia e das ideias segundo as quais os discursos seriam produzidos sob condições (posições ideológicas e lugares sociais) mais estáveis e homogêneas (primeira fase) e as formações discursivas (FDs), apesar de terem suas próprias identidades, seriam atravessadas por outras FDs (segunda fase). Na terceira fase, a identidade das FDs é estruturada por relações interdiscursivas em seu próprio interior, diferentemente de como a identidade é vista na fase dois, na qual cada FD é constituída

---

<sup>1</sup> Essa AD francesa é aquela cujas tendências – de viés não materialista, diferentemente da AD inspirada nos preceitos de Pêcheux – surgiram na França entre os anos de 1980 e 1990 e cujo representante mais conhecido é Dominique Maingueneau (AMOSSY, 2016).

independentemente das outras e, só depois, é posta em relação com elas (MUSSALIM, 2006, p. 120). As concepções de sujeito das duas primeiras fases, “apesar de diferentes, [...] são influenciadas por uma teoria da ideologia que coloca o sujeito no quadro de uma formação ideológica e discursiva”, tratando-se, portanto, de um “sujeito ideológico” através do qual a ideologia se manifesta (MUSSALIM, 2006, p. 133-134). Na fase terceira, “tem-se um sujeito essencialmente heterogêneo, clivado, dividido”, “compatível com uma noção de discurso marcado radicalmente pela heterogeneidade” e com a ideia de primado do interdiscurso (MUSSALIM, 2006, p. 134).

Salvaguardadas as diferenças entre essas fases, há um traço conceptual que lhes é comum e pelo qual podemos distinguir o “sujeito da AD” do “sujeito da retórica”: enquanto o sujeito da AD não é dono de sua vontade, porque ou é coagido por forças ideológicas e discursivas ou está submetido a uma inconsciência que lhe é constitutiva<sup>2</sup>, o sujeito da retórica se mostra um sujeito soberano, que governa a si e a seu discurso, sendo capaz de utilizar conscientemente a língua para condicionar e persuadir seu auditório. Em outras palavras, para a retórica, o sujeito tem vontade própria e parece ter plena consciência do que faz ao selecionar dados e construir raciocínios.

Sem ver nessa incompatibilidade epistemológica um impedimento para operar uma articulação entre retórica (clássica e nova) e AD, Amossy (2005) defende que a retórica pode ser reorientada por uma abordagem que a considere como um ramo da AD e que, assim, o sujeito retórico seja ressignificado. No âmbito da TAD, o sujeito seria considerado, conforme o papel social que desempenha, como elaborador de um projeto persuasivo constrangido por fatores de ordem social, que definem a forma genérica e o pertencimento de sua fala a uma significação social dotada de lugares comuns e de argumentos próprios. Nesse sentido, o discurso e os modos de pensar e de dizer o mundo do locutor são necessariamente vistos como uma resposta, ainda que implícita, às palavras alheias ditas anteriormente. Trata-se de uma perspectiva dialógica de linguagem, pautada em Bakhtin, na qual “o sujeito aparece, então, como atravessado pelo interdiscurso, investido da palavra do

---

<sup>2</sup> Parece-nos importante salientar, como o fez Mussalim (2006, p. 134-135), que a discriminação entre a vertente que inclui as duas primeiras fases e a outra, associada à terceira fase, levou ora à focalização da noção de ideologia, ora à da noção de inconsciente. Ambas as vertentes, no entanto, articulam essas duas noções, de modo que a primeira, ao conceber um sujeito ideologicamente interpelado, também o concebe como inconsciente, enquanto a segunda não deixa de considerar que o sujeito inconsciente é ideologicamente constrangido.

outro e imerso em uma circulação discursiva generalizada que não possui exterioridade absoluta” (AMOSSY, 2005, p. 175).

O sujeito da TAD é involuntariamente determinado pela fala social na qual está imerso, mas também é estrategista. Como diz Possenti (2009, p. 83), “se os sujeitos não inventam o jogo, não significa que não joguem”. Nessa condição, antes de buscar levar seu interlocutor a aderir a uma opinião, ele mesmo adere (ainda que inconscientemente) a uma *doxa* que está subentendida em seu projeto persuasivo e em sua fala, e fora da qual não é possível dizer nem se dizer. Em vez de impedir o desenvolvimento da argumentação, como alegam alguns analistas do discurso, Amossy (2005) vê essa condição como um vetor importante para o empreendimento argumentativo, porque é a partir da inscrição do sujeito nessa fala social e nessa *doxa* que ele busca orientar o olhar, o sentir e o pensar do outro com o qual interage e busca, conseqüentemente, influenciar esse outro no sentido de, ao menos, predispor-lo a uma determinada ação. Alinhando-se, nesse ponto, à sociocrítica, Amossy (2005) acrescenta que o estatuto do locutor e o quadro institucional no qual ele profere sua fala também têm importância para essa concepção de sujeito ao mesmo tempo livre e coagido, porque seu discurso não somente é uma resposta a um já dito como também reflete uma engrenagem social que o autoriza ou não a proferir um discurso, a depender da posição e do grau de legitimidade de que desfruta esse locutor no contexto em que escolheu intervir.

O sujeito da retórica faz de seu discurso um instrumento de persuasão na medida em que o profere com vistas a condicionar o auditório e, assim, levá-lo à adesão da tese que lhe é apresentada. A argumentação concebida como a tentativa de um locutor de levar um auditório à adesão de sua tese pressupõe duas coisas: 1) que apenas o auditório é condicionado em uma argumentação e 2) que o orador é o “dono” da tese, ou seja, que ele tem pleno domínio sobre seu discurso, sua opinião, seu ponto de vista. Podemos resumir esses dois pressupostos em um só: o orador não é condicionado (por isso, a AD o considera um sujeito soberano, senhor de si). A TAD, como um ramo da AD francesa, reconfigura esse sujeito retórico autônomo e plenamente consciente, concebendo-o como uma instância enunciativa estrangida pela *doxa* que o circunda e tributária dos quadros institucionais nos quais ele se situa (AMOSSY, 2005). A abordagem discursiva da

argumentação, portanto, permite desvelar a dimensão social dos discursos, dimensão que foi apenas muito rasteiramente sugerida pela nova retórica quando tratou do acordo e da razoabilidade dos raciocínios argumentativos.

### 1.2 A concepção de argumentação na TAD

Para Perelman (como para Aristóteles), *argumentação* e *retórica* são termos intercambiáveis e designam a arte da persuasão e os meios verbais suscetíveis de levar os espíritos à adesão de uma tese. Contrários a essa visão positiva da retórica, há posicionamentos como o de Platão, para quem a retórica não passa de pura manipulação (AMOSSY, 2006). Neste modo de concebê-la, em vez de persuadir, a retórica seria um meio de seduzir um auditório por meio de um discurso cativante que primaria pelo ornamento; daí a associação do termo às figuras. Diferentemente da retórica, a argumentação é que corresponderia à via pela qual se poderia influenciar, de modo racional, um auditório.

Apesar de concordar que a ameaça da sedução demagógica é sempre iminente, Amossy (2006) dá relevo à função positiva da retórica na vida da sociedade: como uma alternativa ao uso da força bruta e à violência física, ela pode ser um meio democrático de tomar decisões coletivas, ou mesmo individuais, e de expressar pontos de vista diferentes ou conflituosos. Assim, a autora usa o termo “argumentação” como referente ao termo “argumentação retórica”, em oposição a uma “retórica das figuras”, e adota, conseqüentemente, a perspectiva retórica de razão que se assenta no plausível, no razoável e no verossímil para estabelecer acordos ou para debater (ainda que sem a possibilidade, algumas vezes, de chegar a um acordo) sobre questões pertinentes à vida social. Aliás, mais do que considerar a argumentação retórica como um meio para levar um auditório a aderir a uma tese e, assim, se chegar a um consenso, a autora advoga em favor de uma abordagem retórica reconfigurada pela linguística do discurso de viés enunciativo e pragmático, que englobe “todas as modalidades segundo as quais a fala tenta agir no espaço social” (AMOSSY, 2006, p. 3, grifo da autora, tradução livre).

Esse redimensionamento da retórica implica duas contribuições teóricas que imprimem singularidade à TAD: primeiro, o reconhecimento da argumentação como algo intrínseco ao funcionamento global do discurso e,

em consequência desse princípio de inerência, a consideração da polêmica como uma modalidade argumentativa que inscreve o dissenso no seio da retórica. Neste trabalho, nos debruçaremos sobre a primeira contribuição, no sentido de buscar apontar marcas de natureza textual que desvelem a argumentatividade interdiscursiva. No entanto, a respeito da segunda contribuição, sugerimos ao leitor uma consulta à obra de Amossy sobre a modalidade polêmica (AMOSSY, 2017) e à nossa tese (MACEDO, 2018).

Em vários dos textos que integram o delineamento da TAD, Amossy (2002, 2006, 2007, 2011) sublinha a proximidade da retórica (em especial, a perelmaniana) com a linguística do discurso em suas vertentes enunciativa e pragmática, porque ambas concebem a linguagem em termos de influência e de ação de um locutor sobre um alocutário. Para Perelman e Olbrechts-Tyteca (2005, p. 50, grifo nosso),

O objetivo de toda argumentação [...] é provocar ou aumentar a adesão dos espíritos às teses que se apresentam a seu assentimento: uma argumentação eficaz é a que consegue aumentar essa intensidade de adesão, *de forma que se desencadeie nos ouvintes a ação pretendida* (ação positiva ou abstenção) *ou, pelo menos, crie neles uma disposição para a ação*, que se manifestará no momento oportuno.

A busca por adesão que implica, no mínimo, uma predisposição para a ação confere à argumentação retórica um caráter substancialmente pragmático, que é reforçado também pela ideia de que o orador, antes mesmo de proferir seu discurso, projeta o auditório com suas características sociais, culturais e ideológicas (idade, sexo, valores, crenças, costumes, etc.), em função das quais mobiliza as estratégias de persuasão que lhe pareçam mais pertinentes. O exercício mútuo de influências entre os participantes de uma interação e a tentativa de agir sobre o outro e de levá-lo à (uma predisposição para a) ação são atribuídos, por Amossy, nos trabalhos citados acima, às teorias enunciativas, pragmáticas e interacionistas de linguagem e, mais especificamente, a Émile Benveniste e a Catherine Kerbrat-Orecchioni.

Declaradamente alinhada também à perspectiva dialógica de linguagem de Mikhail Bakhtin e seu círculo, a TAD, assim como a Linguística Textual, adota a noção de responsividade ativa como pressuposto teórico que reforça a ideia de que a argumentação é inseparável do funcionamento discursivo, de vez que enunciar é, sempre e necessariamente, responder a um já dito, seja para concordar com ele, seja para refutá-lo ou modificá-lo. Isso significa que,



para se posicionar em relação a um tema, para apresentar um ponto de vista sobre ele, não é imprescindível que o já dito com o qual dialoga seja expresso nem claramente identificável, pelo menos não em sua totalidade.

Nessa perspectiva dialógica, a argumentação está, pois, *a priori* no discurso, na escala de um *continuum* que vai do confronto explícito de teses à co-construção de uma resposta a uma dada questão e à expressão espontânea de um ponto de vista pessoal. Por isso, cabe ao analista descrever as modalidades da argumentação verbal da mesma forma que os outros processos linguageiros, e numa estreita relação com eles. (AMOSSY, 2011, p. 131).

A tomada dos pressupostos enunciativo (de influência sobre o outro), pragmático (de ação linguageira) e dialógico (de responsividade ativa) levou Amossy a reformular o conceito de argumentação da nova retórica, considerada como sendo a busca por “*provocar ou aumentar a adesão dos espíritos às teses que se lhes apresentam ao assentimento*” (PERELMAN; OLBRECHTS-TYTECA, 2005, p. 4, grifo dos autores), pelo conceito de argumentação como sendo “*a tentativa de modificar, de reorientar, ou mais simplesmente, de reforçar, pelos recursos da linguagem, a visão das coisas da parte do locutário. (...) [a] tentativa de fazer aderir não somente a uma tese, mas também a modos de pensar, de ver, de sentir*”. (AMOSSY, 2011, p. 130, grifo nosso). Assim, nem todo discurso busca levar seu auditório à adesão de uma tese (o que pressupõe um posicionamento declarado e claramente definido por parte do locutor), mas todo discurso tende a orientar os modos de ver, de pensar e de sentir dos interlocutores. Essa constatação, de base dialógica, enunciativa e pragmática, resultou na distinção entre *visada argumentativa* e *dimensão argumentativa*, que consistem em modos de manifestação da argumentatividade em textos.

Antes de expormos a distinção entre visada e dimensão argumentativa, esclarecemos que os termos “tese” (ou “opinião”) e “ponto de vista” serão usados distintamente: enquanto este consiste na expressão de um modo particular de ver as coisas, que é inerente a todo e qualquer dizer, aquela corresponde à opinião estrategicamente defendida por um locutor com vistas à sua adesão pelo auditório. O ponto de vista é, em outras palavras, uma perspectivização semiotizada de um dado.

Na *visada argumentativa*, há estratégia argumentativa programada, com a sustentação de uma tese apoiada em argumentos, pois o objetivo do locutor ao produzir um texto que comporte visada é levar o interlocutor a aderir à sua



opinião sobre o tema debatido. Os gêneros discursivos considerados como tipicamente argumentativos, tais como o artigo de opinião, a ação judicial, a carta aberta, o debate eleitoral, entre outros, contém uma visada argumentativa, porque, com base em um arrazoado, buscam arregimentar adeptos da opinião defendida no texto. A *dimensão argumentativa* é muito mais ampla, pois consiste na “tendência de todo discurso a orientar os modos de ver do(s) parceiro(s)” (AMOSSY, 2011, p. 131). A existência de dimensão argumentativa requer tão somente que um ponto de vista se manifeste sob o fundo de posições antagônicas ou divergentes, que não precisam ser expressamente formuladas, porque toda enunciação pressupõe, como já o dissemos, a existência de um já dito ao qual ela responde.

*Grosso modo*, os textos de visada argumentativa equivalem àqueles que, tanto no senso comum como em abordagens teóricas da argumentação, são considerados “argumentativos”, em oposição aos “não argumentativos”.

Essa distinção entre visada argumentativa e dimensão argumentativa dá o tom de uma análise argumentativa preocupada com a elaboração de um quadro teórico e metodológico que permita apreender a argumentação em suas dimensões propriamente interdiscursivas, nos mais variados *corpora* (AMOSSY, 2006), lançando mão de instrumentos analíticos advindos das mais diversas disciplinas da linguística do discurso. Esta é uma razão fundamental para que o pressuposto em tela seja adotado por nós, no âmbito da LT. Compreendemos que a inscrição da TAD no campo da linguística do discurso – esta entendida como um feixe de disciplinas que buscam apreender a linguagem considerando aspectos ligados à enunciação, à interação, à interdiscursividade, à subjetividade, à textualidade etc. (cf. MAINGUENEAU; CHARAUDEAU, 2014, p. 169-172) – abre a possibilidade de se utilizar os parâmetros analíticos da LT para a apreensão da argumentatividade retórico-discursiva em textos que comportem tão somente dimensão argumentativa.

Dessa feita, buscaremos, na seção a seguir, demonstrar como se operacionalizaria uma interface entre LT e TAD, com a utilização do critério da referência, a ser mobilizado nas análises de tirinhas da Mafalda, de Quino.

## 2 A referenciação como parâmetro analítico da argumentatividade

O fenômeno textual que vamos analisar e relacionar com a argumentação retórico-discursiva é a referenciação. Esse fenômeno possui relação com dois elementos muito importantes para os estudos da Linguística Textual: texto e coerência.

A concepção de referência tal como consensualmente se adota hoje nos estudos em LT assenta suas bases, principalmente, nas visões teóricas de Mondada (1994), Mondada e Dubois (2003 [1995]) e Apothéloz e Reichler-Béguelin (1995) sobre a referência. Contrapondo-se à concepção até então predominante sobre a referência, segundo a qual a linguagem funcionaria como um espelho do mundo, ou seja, que representaria objetivamente a ontologia das coisas e dos seres do mundo real, esses autores propõem reconsiderar tal ideia, pela adoção do pressuposto de que as categorias são constitutivamente instáveis, além de sua natureza, e da natureza de seus processos de estabilização, ser cognitiva e discursiva (não ontológica).

Mondada e Dubois (2003, p. 20) exprimem assim essa reconfiguração teórica da referência, que passam a denominar *referenciação*:

passando da referência à referenciação, vamos questionar os processos de discretização e de estabilização. Esta abordagem implica uma visão dinâmica que leva em conta não somente o sujeito ‘encarnado’, mas ainda um sujeito sociocognitivo mediante uma relação indireta entre os discursos e o mundo. Este sujeito constrói o mundo ao curso do cumprimento de suas atividades sociais e o torna estável graças às categorias – notadamente às categorias manifestadas no discurso. Isto significa que, no lugar de fundamentar implicitamente uma semântica linguística sobre as entidades cognitivas abstratas, ou sobre os objetos *a priori* do mundo, nós nos propomos reintroduzir explicitamente uma pluralidade de atores situados que discretizam a língua e o mundo e dão sentido a eles, constituindo individualmente e socialmente as entidades.

Essas entidades – não sendo objetos do mundo nem objetos cognitivos abstratos, mas resultantes de relação indireta entre os discursos e o mundo, estabelecida por sujeitos sociocognitivos em interações contextualizadas – são de natureza discursiva e cognitiva. Disso resulta que, nessa perspectiva, os referentes são denominados e tratados como *objetos de discurso*. Os fatores que definem esses objetos, portanto, não são extensionais, mas socioculturais e pragmáticos, que condicionam contextualmente os designadores linguísticos (cf. APOTHÉLOZ; REICHLER-BÉGUELIN, 1995).

Nos estudos em LT, o impacto dessa mudança de percepção se reflete diretamente no modo com que os referentes e os textos são analisados. Tradicionalmente, a referência era tratada, simplesmente, em termos de remissão a um “elemento de referência” (KOCH, 2012). As análises consistiam em identificar e classificar os tipos de remissões ocorridas em um texto: situacional ou textual; se textual, anafórica ou catafórica. Também havia a preocupação em identificar e classificar as formas gramaticais que operavam a chamada coesão referencial: formas remissivas gramaticais presas (artigos definidos e indefinidos, pronomes adjetivos etc.), formas remissivas gramaticais livres (pronomes pessoais e 3ª pessoa, pronomes substantivos etc.) e formas remissivas lexicais. O exemplar mais amplamente conhecido dessa abordagem inicial da referência no Brasil é o livro de Ingedore Koch intitulado *A coesão textual*, cuja primeira edição data de 1989.

Dando um salto teórico-metodológico, trabalhos como os de Koch (2005), Marcuschi (2005), Cavalcante (2003, 2005) e Cavalcante e Santos (2012), entre muitos outros, refletem a tônica dos estudos em referenciação no Brasil até a primeira década dos anos 2000. Esses trabalhos têm em comum, basicamente, duas características: primeiro, pautam-se nos mesmos princípios da concepção de referenciação desenhada por Mondada e Dubois e Apothélox e Reichler-Béguelin; segundo, ocupam-se da classificação e/ou da análise dos chamados processos referenciais (não mais dos tipos de remissões, nem tampouco das formas gramaticais que operacionalizam esses tipos).

Os princípios nos quais ancora essa abordagem da referenciação e que conferem dinamicidade a ela são três: 1) a instabilidade das representações do real; 2) os sentidos como resultantes de uma negociação entre os interlocutores; e 3) a natureza sociocognitiva da referência. Nas definições de Mondada e Dubois (2003) e de Apothélox e Reichler-Béguelin (1995) para referenciação e objetos de discurso, anteriormente expostas, veem-se diluídos esses princípios, compartilhados por esses autores e por todos os pesquisadores que adotam essa visão mais dinâmica do fenômeno. Quanto ao fato de ocuparem-se dos processos referenciais, Koch (2005), Marcuschi (2005), Cavalcante (2003, 2005) e Cavalcante e Santos (2012) concordam que a referenciação, muito mais do que simples remissão com o objetivo de estabelecer coesão aos textos, consiste em uma atividade discursiva que é

estratégica no sentido de que deriva de escolhas de um sujeito sociocognitivamente motivado, ou seja, que opera sobre o material linguístico de modo a buscar concretizar sua proposta de sentido.

Os trabalhos que operam nessa linha, representativos do viés mais discursivo, sociocognitivo e dinâmico da referência, e considerados por Custódio Filho (2011, 2012) como pertencentes à primeira tendência dos estudos em referência, foram de extrema importância para o enriquecimento teórico e analítico dos processos referenciais (introdução referencial, anáfora direta, anáfora indireta, encapsulamento, recategorização e dêixis) e de suas funções, permitindo a realização de mais um passo em direção ao refinamento do tema pelos estudos da segunda tendência.

Os estudos alinhados à segunda tendência (CUSTÓDIO FILHO, 2011, 2012) diferenciam-se dos estudos da primeira tendência não do ponto de vista teórico, mas do metodológico. Compartilhando dos mesmos princípios da referência, eles consideram outros elementos textuais e discursivos (como os aspectos multimodais), para além das expressões referenciais, e elementos extratextuais (aparato cognitivo e aspectos sociais, históricos e circunstanciais) como convergentes à construção dos referentes. O movimento de análise, portanto, é mais difuso e ainda mais dinâmico do que aquele adotado nos trabalhos da primeira tendência. É influenciado pela segunda tendência que buscamos, aqui, relacionar a construção referencial de objetos de discurso à argumentação retórico-discursiva em textos do gênero tirinha.

### **2.1 A tessitura da dimensão argumentativa pela ótica da referência**

Mafalda é uma personagem icônica e mundialmente (re)conhecida, criada pelo cartunista argentino Joaquín Salvador Lavado Tejón, vulgo Quino. A menininha, protagonista de uma sequência de tiras publicadas entre as décadas de 1960 e 1970, ganhou fama por sua singular capacidade de abstrair sentidos muito mais condizentes com a de um adulto politizado do que com a de uma criança com idade de seis anos.

A perspicácia reflexiva e política da garotinha pode ser testemunhada em tirinhas tais como a da Figura 1.

Figura 1 – Mafalda na escola



Fonte: encurtador.com.br/qrvH8. Acesso em: 15 out. 2020.

Do ponto de vista textual e referencial, vemos um conjunto de referentes introduzidos no primeiro quadrinho desse texto: Mafalda, a professora, o quadro de giz, o giz, a mesa. Nos dois primeiros quadrinhos, Mafalda encena uma situação típica e tradicional do ambiente escolar: o exercício oral de conjugação verbal. Até então, Mafalda é categorizada e recategorizada como uma criança qualquer em idade escolar, que faz um exercício corriqueiro e mecânico, e a professora como a figura responsável por observar se a conjugação está correta. Essas duas cenas são compatíveis com o *frame* (BATESON, 2002 [1972])<sup>3</sup> de atividade escolar de língua materna, dada a estereotípia da situação ali representada: uma aluna conjugando o verbo *confiar* nas seis pessoas gramaticais do presente do indicativo e a professora observando o desempenho da aluna no desenvolvimento dessa atividade.

A introdução referencial corresponde à estreia do referente em um texto, ou seja, à sua primeira aparição, que pode dar-se de modo verbal, imagético ou verbo-imagético. Neste caso, da primeira tirinha, os referentes foram introduzidos imageticamente. Após ter sido introduzido em um texto, o referente pode ou não ser retomado. As retomadas são consideradas anáforas e correspondem a um processo de recategorização referencial: cada retomada (explicitamente expressa ou não) imprime no referente alguma

<sup>3</sup> A noção de *frame* (ou “enquadre”) é um conceito psicológico que remete à ideia de que as interações funcionam, do ponto de vista linguageiro, como um quadro emoldurado. A moldura delimitaria o fundo sobre o qual a figura deve ser percebida e compreendida. O *frame* funciona, então, como um enquadre metacomunicativo (nem sempre verbalmente explícito) a partir do qual os interactantes entendem estarem engajados em uma situação interacional X e não Y. Para aprofundar o entendimento dessa noção, sugerimos a leitura de Bateson (2002 [1972]) e de Tannen e Wallat (2002 [1987]).

transformação, seja no sentido de confirmar a orientação discursiva inicialmente atribuída a ele, seja no sentido de acrescentar-lhe características, seja, ainda, no sentido de corrigir a orientação anteriormente estabelecida (CUSTÓDIO FILHO, 2011).

No terceiro quadrinho, o referente erigido em torno de Mafalda é recategorizado: ao fazer um comentário crítico sobre o sentido atribuído ao verbo *confiar* e ao conjunto das formas conjugadas em todas as pessoas verbais, que poderia ser condensado em uma sentença do tipo “todo o mundo confia (em algo ou em alguém)”, a menina dá a ver uma característica de sua personalidade que a transforma em criança prodígio. Há um raciocínio subjacente ao comentário inusitado de Mafalda, que se apoia na *doxa* (aqui tomada como premissa) segundo a qual confiar demais é sinônimo de ingenuidade e que poderia ser expresso em uma redução lógica do tipo: “Confiar demais é sinal de ingenuidade/Todos (eu, tu, ele, nós, vós e eles) confiam/São um bando de ingênuos”.

Esse comportamento (que surpreende a professora, a julgar por sua expressão facial no terceiro quadrinho) inesperado para uma criança, e recorrente nas tirinhas de Mafalda, é construído, do ponto de vista textual, por processos referenciais de introdução e de recategorização. Do ponto de vista discursivo, temos um embate entre um discurso conservador e um posicionamento revolucionário (que se deixa entrever pelos processos referenciais mencionados e descritos).

Na tirinha abaixo (Figura 2), também podemos observar como a construção dos referentes contribui para a progressão e para a orientação argumentativa do texto, revelando as características das personagens e os posicionamentos a eles atribuídos pelo autor.

**Figura 2 – Manolito oferece um doce à Mafalda**



Fonte: [encurtador.com.br/bcmv7](http://encurtador.com.br/bcmv7). Acesso em: 15 out. 2020.



No primeiro quadrinho, quatro referentes sobressalientes são introduzidos: Mafalda, Manolito, o doce (na mão de Manolito) e a mãe de Mafalda. No início da tirinha, percebemos, através das expressões faciais das personagens, que a mãe de Mafalda está assustada pelo fato de a filha estar recusando um doce e que Manolito parece não estar satisfeito, pelo mesmo motivo. No segundo quadrinho, a mãe de Mafalda interfere na conversa das crianças, pedindo que a filha aceite o doce que ela supõe estar sendo oferecido gratuitamente por Manolito, ao que ele, no mesmo instante, parece se alegrar com tal interferência. Em seguida, Mafalda fica entusiasmada por aceitar o caramelo, em consequência do conselho da mãe e da suposta assunção de responsabilidade, por ela, do ato de aceitar.

No último quadrinho, ocorre uma transformação/recategorização dos referentes por correção. De acordo com Custódio Filho (2011, p. 195), a transformação por correção

consiste nas transformações diretamente envolvidas no efeito de surpresa e/ou, eventualmente, nas mudanças no estatuto dos personagens as quais se orientam em sentido contrário ao que se vinha construindo até então. Claro que as correções também são mudanças por acréscimo, mas, nesse caso, a modificação tem a função específica de corrigir a construção referencial, a fim, principalmente, de que a nova formulação cause impacto no interlocutor.

Vê-se, no último quadrinho, que Manolito está fazendo anotação em um caderno e que Mafalda diz à mãe que “no fim do mês”, ela deverá “entender-se” com ele. Com base nos conhecimentos de mundo arquivados em nossa memória, sabemos que Manolito é um garoto que só pensa em dinheiro, que está anotando a dívida contraída pelo aceite do doce e que essa dívida será cobrada no fim do mês (o início ou o fim do mês é o momento em que as pessoas de classe social popular recebem seus salários e pagam suas contas)<sup>4</sup>. No mesmo trecho do texto, os referentes “caramelo” e “Mafalda” também são recategorizados por um processo de correção que se acomoda à visão de Manolito sobre essa interação: o caramelo não se trata de um presente, mas

---

4 Obviamente, esses conhecimentos de mundo somente serão acionados se: i) o leitor conhecer Manolito, como consequência, talvez, da leitura de outras tirinhas da Mafalda; e ii) o leitor conhecer (por experiência própria ou por intermédio de outros textos) a cultura socioeconômica de comprar “fiado” (a pagar posteriormente), comum em sociedades e localidades periféricas da América do Sul e cuja “garantia” de pagamento se dá pela anotação manual da dívida em caderno.



de uma mercadoria, e Mafalda não é vista como uma amiga, mas como uma cliente/consumidora.

A construção desses referentes na tirinha orienta nosso modo de ver a realidade e contribui para a produção concomitante de dois *ethé*:

- no âmbito do mundo estético<sup>5</sup>, o *ethos* de garoto de espírito mercantilista para Manolito, que aproveita para lucrar financeiramente até mesmo em um gesto simples de oferecer um doce, que poderia ser gratuito, considerando a relação de amizade entre ele e Mafalda;
- no âmbito do mundo ético, o *ethos* de Quino de cartunista que sabe fazer humor crítico sobre temas político-econômicos sempre atuais. Esse *ethos*, aliás, é reforçado por todas as tiras produzidas pelo autor e, em última análise, podemos dizer que se trata de uma crítica ao sistema capitalista, cuja lógica se faz presente no nosso cotidiano.

Nessa segunda tirinha, o embate discursivo promovido, entre outros recursos, pelos processos referenciais se dá entre um discurso mercantilista e um discurso fraternal, pautado no valor da amizade e da afetividade. Evidentemente, por força do interdiscurso, o discurso mercantilista somente se dá a ver como tal em contraposição a um discurso socialista que lhe faz frente.

Em ambas as tirinhas, pudemos verificar que não há visada argumentativa. Os dois textos comportam, tão somente, uma dimensão argumentativa, isto é, uma argumentatividade retórico-discursiva que se deixa entrever por mecanismos linguageiros dos quais não demos conta em sua totalidade, até mesmo porque isso exorbitaria nosso propósito. Dada a nossa inscrição disciplinar na LT, optamos por analisar a argumentatividade por um critério analítico da textualidade: a referenciação.

---

<sup>5</sup> As noções de mundo estético e de mundo ético remetem, aqui, à reflexão de Bakhtin sobre o autor e o herói (GERALDI, 2003). O mundo estético corresponde, grosso modo, ao mundo da narrativa e do herói, no qual o autor tem conhecimento do todo do herói e da obra. É essa suposição de acabamento do objeto (herói ou obra), ou excedente de visão, que distingue o mundo estético do mundo ético. Este, que corresponde ao mundo da vida, não é passível de acabamento (nem dos sujeitos nem de sua trajetória): “Da vida não há um autor e se estou vivendo, tenho um por-vir e portanto sou inacabado. O todo acabado de minha vida eu não o domino” (GERALDI, 2003, p. 16).

## Conclusão

Desde nossa pesquisa de doutorado (MACEDO, 2018), temos advogado em favor de uma articulação entre a LT e a TAD, de modo a buscar demonstrar como a análise da argumentação no discurso pode ser pautada em parâmetros de textualização.

Neste artigo, optamos pelo critério da referenciação para analisar como a argumentatividade retórico-discursiva se inscreve em tirinhas da Mafalda, de Quino. Para alcançar nosso objetivo, iniciamos por apresentar a TAD e mobilizar duas concepções que lhe são caras: a de sujeito e a de argumentação. Para a TAD, o sujeito não é “soberano”, como nas retóricas, mas também não é totalmente sobredeterminado pelas condições de produção do discurso; trata-se de um sujeito parcialmente coagido pela *doxa* que o circunda e pelas restrições que lhe são social e institucionalmente impostas. O conceito de argumentação também é diferente do conceito retórico do termo: não se trata de concebê-la somente como a tentativa de tentar levar um auditório à adesão de uma tese (ou de reforçar essa adesão), mas também de orientar, pelos recursos da linguagem, seus modos de ver, de sentir e de pensar.

Para ilustrarmos, aqui, como operacionalizamos o diálogo em tela, escolhemos duas tiras da Mafalda, de Quino. Uma delas, na qual Mafalda se encontra em um contexto tipicamente escolar, realizando oralmente a tradicional atividade de conjugação verbal, é um dos tantos textos nos quais a personagem mais afamada do cartunista argentino se mostra uma garotinha de inteligência singular. Seu posicionamento crítico em relação à atividade realizada, de conjugação do verbo *confiar* em todas as pessoas gramaticais no tempo presente do modo indicativo, revela o *ethos* revolucionário sedimentado em toda a série de tirinhas dessa personagem.

Na segunda tirinha, dois outros *ethe* são sedimentados: o da personagem Manolito, amigo de Mafalda, e o do próprio Quino, autor das tiras. O *ethos* mercantilista de Manolito é oposto à imagem discursiva de si que Quino construiu ao longo da série de tirinhas e segue sendo construído por ocasião da circulação desses textos: humorista e questionador, que critica a lógica capitalista que permeia as relações humanas atuais.

Os traços retóricos (*logos* e *ethos*) das tirinhas se inscrevem de maneira enviesada no fio dos textos e pode ser abstraída pelo parâmetro da referenciação, permitindo desvelar a dimensão argumentativa, ou argumentatividade, ali implícita. A abstração dos embates discursivos, recuperados pela análise dos processos referenciais, revelou as oposições de pontos de vista subjacentes à materialidade textual e a dinâmica argumentativa que opera quando não se tem um arrazoado que sustenta uma opinião ou tese explicitamente declarada.

A TAD tem contribuído, vigorosamente, com sua proposta de articulação da retórica com a linguística do discurso, para as reflexões que temos empreendido sobre as estratégias de organização textual das quais os locutores se utilizam para negociar sentidos e pôr em prática seus projetos argumentativos.

### Referências

AMOSSY, Ruth. Nouvelle rhétorique et linguistique du discours. In: KOREN, Roselyne; AMOSSY, Ruth (éds.). **Après Perelman**: quelles politiques pour les nouvelles rhétoriques? Paris: L'Harmattan, 2002. p. 153-171.

AMOSSY, Ruth. Rhétorique et analyse du discours. Pour une approche socio-discursive des textes. In: ADAM, Jean-Michel; HEIDMANN, Ute (éds.). **Sciences du texte et analyse de discours**: enjeux d'une interdisciplinité. Genebra: Slatkine, 2005. p. 163-179.

AMOSSY, Ruth. **L'argumentation dans le discours**. Paris: Armand Colin, 2006.

AMOSSY, Ruth. O lugar da argumentação na análise do discurso: abordagens e desafios contemporâneos. **Filologia e Linguística Portuguesa**, n. 9, p. 121-146, 2007.

AMOSSY, Ruth. Argumentação e análise do discurso perspectivas teóricas e recortes disciplinares. Tradução: Eduardo Lopes Piris e Moisés Olímpio Ferreira. **EID&A – Revista Eletrônica de Estudos Integrados em Discurso e Argumentação**, Ilhéus, n. 1, p. 129-144, 2011.

AMOSSY, Ruth. É possível integrar a argumentação na análise do discurso? Problemas e desafios. Tradução: Rosalice Pinto et al. **ReVEL**, v. 14, n. 12, p. 165-190, 2016.

AMOSSY, Ruth. Por uma análise discursiva e argumentativa da polêmica. Tradução: Angela Maria da Silva Corrêa. **EID&A – Revista Eletrônica de Estudos Integrados em Discurso e Argumentação**, Ilhéus, n. 13, 2017.

AMOSSY, Ruth. **A argumentação no discurso**. Coordenação da tradução: Eduardo Lopes Piris e Moisés Olímpio-Ferreira. Tradução: Angela M. S. Corrêa et al. São Paulo: Contexto, 2018.

APOTHÉLOZ, Denis; REICHLER-BÉGUELIN, Marie-José. Construction de la référence et stratégies de désignation. **Tranel – Travaux neuchâtelois de linguistique**, Neuchâtel, n. 23, p. 227-271, 1995.

BATESON, Gregory. Uma teoria sobre brincadeira e fantasia. In: RIBEIRO, Branca Telles; GARCEZ, Pedro M. (orgs.). **Sociolinguística interacional**. São Paulo: Edições Loyola, 2002. p. 85-105.

CAVALCANTE, Mônica Magalhães. Expressões referenciais – uma proposta classificatória. **Cadernos de Estudos Linguísticos**, Campinas, n. 44, p. 105-118, 2003.

CAVALCANTE, Mônica Magalhães. Anáfora e dêixis: quando as retas se encontram. In: KOCH, Ingedore Grunfeld Villaça; MORATO, Edwiges Maria; BENTES, Anna Christina (orgs.). **Referenciação e discurso**. São Paulo: Contexto, 2005. p. 125-149.

CAVALCANTE, Mônica Magalhães; SANTOS, Leonor Werneck dos. Referenciação e marcas de conhecimento partilhado. **Linguagem em (Dis)curso**, Tubarão, v. 12, n. 3, p. 657-681, 2012.

CUSTÓDIO FILHO, Valdinar. **Múltiplos fatores, distintas interações**: esmiuçando o caráter heterogêneo da referenciação. 329f. Tese (Doutorado em Linguística) – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2011.

CUSTÓDIO FILHO, Valdinar. Reflexões sobre a recategorização referencial sem menção anafórica. **Linguagem em (Dis)curso**, Tubarão, v. 12, n. 3, p. 839-858, 2012.

GERALDI, João Wanderley. Palavras escritas, indícios de palavras ditas. **Linguagem em (Dis)curso**, Tubarão, v. 3, p. 9-25, 2003.

KOCH, Ingedore Grunfeld Villaça. Referenciação e orientação argumentativa. In: KOCH, Ingedore Grunfeld Villaça; MORATO, Edwiges Maria; BENTES, Anna Christina (orgs.). **Referenciação e discurso**. São Paulo: Contexto, 2005. p. 33-52.

KOCH, Ingedore Grunfeld Villaça. **A coesão textual**. 22.ed. São Paulo: Contexto, 2012.

MACEDO, Patrícia Sousa Almeida de. **Análise da argumentação no discurso**: uma perspectiva textual. 242f. Tese (Doutorado em Linguística) – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2018.

MAINGUENEAU, Dominique; CHARAUDEAU, Patrick. **Dicionário de análise do discurso**. 3.ed. São Paulo: Contexto, 2014.

MARCUSCHI, Luiz Antônio. Anáfora indireta: o barco textual e suas âncoras. *In*: KOCH, Ingedore Grunfeld Villaça; MORATO, Edwiges Maria; BENTES, Anna Christina (orgs.). **Referenciação e discurso**. São Paulo: Contexto, 2005. p. 53-101.

MONDADA, Lorenza. **Verbalisation de l'espace et fabrication du savoir**: approche linguistique de la construction des objets de discours. Tese (Doutorado) – Université de Lausanne, Lausanne, 1994.

MONDADA, Lorenza; DUBOIS, Danièle. Construção dos objetos de discurso e categorização: uma abordagem dos processos de referenciação [1995]. *In*: CAVALCANTE, Mônica Magalhães; BIASI-RODRIGUES, Bernadete; CIULLA, Alena (orgs.). **Referenciação**. São Paulo: Contexto, 2003. p. 17-52.

MUSSALIM, Fernanda. Análise do discurso. *In*: MUSSALIM, Fernanda; BENTES, Anna Christina (orgs.). **Introdução à Linguística**: domínios e fronteiras, vol. II. 5.ed. São Paulo: Cortez, 2006. p. 101-142.

PERELMAN, Chaïm; OLBRECHTS-TYTECA, Lucie. **Tratado da argumentação**: a nova retórica. Tradução: Maria Ermantina de Almeida Prado Galvão. 2.ed. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

POSSENTI, Sírio. **Questões para analistas do discurso**. São Paulo: Parábola, 2009.

TANNEN, Deborah; WALLAT, Cynthia. Enquadres interativos e esquemas de conhecimentos em interação: exemplos de um exame/consulta médica. *In*: RIBEIRO, Branca Telles; GARCEZ, Pedro M. (orgs.). **Sociolinguística interacional**. São Paulo: Edições Loyola, 2002. p. 183-214.